

Liberdade e Dignidade

(Uma resposta à pergunta publicada no Philosophy Stack Exchange, "Com base em quais critérios um Estado democrático pode proibir a pornografia?")

Nota sobre a Tradução

Este texto foi escrito em italiano e inglês, e ambas as versões foram editadas diretamente por mim: posso garantir que refletem fielmente meus pensamentos. Para todos os outros idiomas, utilizei o Google Tradutor, pois não tenho a oportunidade de solicitar a revisão

profissional das traduções. Peço desculpas por quaisquer pequenos erros ou imprecisões. É uma ferramenta extremamente eficiente e na qual o leitor pode confiar razoavelmente; no entanto, existe a possibilidade de que algumas nuances dos meus pensamentos não tenham sido totalmente transmitidas. No entanto, achei preferível oferecer versões imperfeitas em vez de excluir leitores que possam se interessar por estas reflexões em sua língua nativa. Agradeço a atenção e boa leitura.

--

A questão de saber se um Estado democrático pode proibir a pornografia depende

inteiramente do que se entende por "democracia". Se a democracia é meramente a tirania da maioria, então a resposta é trivial: a pornografia poderia ser proibida simplesmente porque a maioria deseja, sem necessidade de mais justificativas ou "fundamentos". Mas as maiorias nem sempre são justas ou sábias. A história oferece exemplos preocupantes de decisões coletivas que levaram a atos de profunda injustiça. Afinal, não foi um rei ou um tirano, mas a vontade da multidão que exigiu a crucificação de Jesus. E nada ilustra melhor o quanto perigosa a "virtude" coletiva pode se tornar quando silencia o indivíduo.

Obviamente, não pretendo equiparar moralmente os proibicionistas à multidão que

clamou por sua crucificação, mas apenas mostrar um padrão histórico recorrente: a falibilidade moral das massas. Dinâmicas semelhantes podem ser vistas em outros episódios trágicos da história, onde autoridades, temendo a raiva ou o pânico da multidão, sacrificam indivíduos não por justiça, mas para preservar sua própria popularidade, ou simplesmente por não terem força moral para resistir à pressão da multidão. Um desses casos foi a tortura e execução do barbeiro milanês Gian Giacomo Mora, durante a peste, em um julgamento motivado mais pela histeria popular e pela necessidade de um bode expiatório do que por evidências, como descrito por Alessandro Manzoni em *Storia della colonna*

infame. As autoridades, como escreve Manzoni, não eram guiadas pela razão, mas pelo

> medo de não corresponderem a uma expectativa geral, tão certa quanto precipitada, de parecerem menos inteligentes se descobrissem pessoas inocentes, de voltarem os clamores da multidão contra si mesmas.

Este é um claro lembrete de quão poderosa a pressão não institucional da multidão pode se tornar. Outro exemplo é a longa história de julgamentos de bruxas, onde o medo, a ignorância e a pressão pública levaram a uma crueldade indizível. Em todos esses casos, a "vontade do povo" não foi sábia nem justa: seu

apaziguamento ocorreu à custa da verdade, da dignidade e de vidas inocentes. Além disso, se alguém insiste em defender a vontade da maioria como critério suficiente de legitimidade ética, deve aceitar a seguinte consequência lógica: a Solução Final se tornaria aceitável, porque orquestrada por um regime que chegou ao poder por meio de eleições democráticas, com o apoio de milhões. Novamente, isso não significa, é claro, que proibir a pornografia seja comparável a genocídio, mas apenas demonstrar a falácia de considerar a regra da maioria um critério moral suficiente. Democracia não é simplesmente regra da maioria: é uma estrutura de procedimentos projetada para proteger os

indivíduos do poder arbitrário, incluindo o poder arbitrário da maioria. Sem limites éticos e legais, torna-se uma forma de tirania disfarçada de legitimidade democrática, uma forma de poder totalitário com face popular. Alguns podem objetar: se não é a maioria que decide o que é legítimo em uma democracia, então quem o faz? Essa pergunta atinge o cerne do paradoxo democrático. A resposta é, ao mesmo tempo, muito simples e muito complexa.

i) Por um lado, há o fato evidente de que o poder de fato pertence à maioria, mas esse poder não é absoluto; ele é limitado. E esta não é uma postura antidemocrática. Estou confiante

de que qualquer leitor razoável concordará que deve haver limites fundamentais (dogmas, se preferir) que se aplicam a todas as formas de poder na sociedade, mesmo as mais legítimas (governos, juízes, polícia, pais, etc.).

ii) Por outro lado, o desafio prático de definir e regular esses limites é um dos dilemas mais formidáveis e persistentes da filosofia política, um problema que tem desafiado até mesmo as mentes mais brilhantes.

Alexis de Tocqueville escreveu:

> Considero uma máxima ímpia e detestável que, politicamente falando, o povo tem o

direito de fazer qualquer coisa; e, no entanto, afirmei que toda autoridade se origina na vontade da maioria. Estou, então, em contradição comigo mesmo?

Quase dois séculos depois, ainda não temos uma resposta definitiva para esta pergunta de um milhão de dólares: como podemos fazer da democracia uma expressão da vontade da maioria e, ao mesmo tempo, imunizá-la contra sua própria fragilidade? Como Anne Applebaum alerta:

> Dadas as condições certas, qualquer sociedade pode se voltar contra a democracia.

De fato, se a história serve de referência, todas as nossas sociedades eventualmente o farão.

Esta observação não é pessimismo, mas realismo. As democracias não entram em colapso apenas por meio de golpes, desestabilização externa ou agressão militar. Às vezes, elas são lentamente minadas pelas mesmas pessoas que afirmam defendê-las. A lição é clara: a democracia deve ser mais do que a mera implementação das preferências da maioria. Deve ser um sistema que proteja a liberdade.

Obviamente, não pretendo resolver questões filosóficas tão profundas aqui. Limito-me a

observar que, se a democracia for entendida como um sistema que salvaguarda as liberdades individuais, em vez de meramente impor as preferências da maioria, então a proibição da pornografia requer uma justificação rigorosa. Como John Stuart Mill alertou:

> as pessoas podem desejar oprimir uma parte de seu grupo, e precauções são tão necessárias contra isso quanto contra qualquer outro abuso de poder.

Essas palavras capturam perfeitamente a essência do nosso argumento.

Longe de ser uma invenção moderna, o material sexualmente explícito remonta às profundezas mais remotas da antiguidade, assumindo diferentes formas ao longo dos tempos, mas sempre refletindo um aspecto atemporal do desejo humano, tão onipresente quanto outras formas de expressão cultural, como música, matemática ou humor. Este último é particularmente relevante neste contexto: assim como a pornografia, a comédia revela uma dimensão da liberdade humana que perturba os sistemas de controle. Elas frequentemente expuseram os absurdos do poder ou desafiaram tabus e dogmas e, por essa razão, ambas foram frequentemente censuradas, estigmatizadas ou silenciadas. Sexualidade e

riso compartilham um segredo: ambas dissolvem o medo com prazer. E é precisamente por isso que aqueles que governam pelo medo sempre buscaram silenciá-los. No entanto, elas perduram porque dão voz a algo primordial e irreprimível no espírito humano, algo que nenhum decreto ou dogma jamais conseguiu apagar. É claro que nem toda pornografia aspira a ser arte, mas também não o fazem toda música, toda comédia ou toda literatura. A questão é que a expressão pessoal, mesmo quando comercializada, merece o mesmo respeito básico que qualquer outra forma consensual de autorrepresentação. Como qualquer outra forma de expressão humana, nem a pornografia nem o

humor precisam de justificativa para existir. Em vez disso, é a proibição deles que exige um raciocínio fundamentado. John Stuart Mill declarou:

> O único propósito para o qual o poder pode ser legitimamente exercido sobre qualquer membro de uma comunidade civilizada, contra a sua vontade, é evitar danos a terceiros. Seu próprio bem, seja físico ou moral, não é garantia suficiente.

E esta não é apenas uma preocupação teórica: é um dos pilares fundamentais sobre os quais uma democracia verdadeiramente liberal é construída. Se aceitarmos esse princípio, então

o ônus da prova recai inteiramente sobre aqueles que buscam impor uma proibição, não sobre aqueles que defendem a liberdade individual. Em outras palavras, o princípio fundamental de uma sociedade livre é que a liberdade individual não precisa se justificar. Deve-se notar, no entanto, que a fronteira entre as escolhas individuais e aquelas que afetam os outros nem sempre é clara. De fato, essa distinção levanta um dos desafios mais profundos e duradouros da filosofia política.

Portanto, a questão-chave em uma estrutura democrática não é "por que a pornografia deve ser permitida?", mas sim, como bem foi perguntado, "existem fundamentos justificáveis

para sua proibição?". A resposta curta é que, em uma sociedade livre, todo adulto que consentir deve ser livre para expressar sua sexualidade de acordo com sua própria natureza e desejos.

Assistir ou produzir pornografia se enquadra perfeitamente nesse princípio. Assim como ninguém é obrigado a assistir ou praticar um esporte, ninguém é obrigado a assistir ou participar de pornografia. Mas proibi-la por razões morais significaria impor a todos uma visão de sexualidade que não é universal, mas apenas uma perspectiva subjetiva. É claro que o paralelo com os esportes não é totalmente adequado, pois a pornografia pode perturbar não apenas aqueles que não querem (adultos desinteressados) ou não devem (menores)

acessá-la, mas também aqueles que a apreciam, ainda que apenas em momentos e contextos específicos de sua escolha: mesmo aqueles que apreciam pornografia não desejam exposição não solicitada fora dos momentos em que a buscam ativamente. Como sabiamente afirmado em Eclesiastes: "Há um tempo para tudo". Mas este não é um argumento contra a pornografia em si, mas sim uma questão de regulamentação e acesso. É claro que ela deve ser legislada com especial cuidado.

Podemos agora examinar as principais objeções e analisá-las criticamente, pois esta, como vimos, é a única maneira significativa de responder à pergunta.

1) A pornografia é perigosa?

Uma crítica frequente é que a pornografia é perigosa, tanto para quem a produz quanto para quem a consome.

1.1) Perigosa para quem a produz?

Deixe-me ser absolutamente claro: dada a vastidão da indústria do entretenimento adulto, seria irrealista acreditar que problemas sérios não existam. Algumas dessas questões são inegavelmente criminosas, incluindo pressão psicológica, manipulação emocional e condições de trabalho antiéticas. Por esse

motivo, minimizar a gravidade potencial de tais abusos argumentando que os artistas sempre tiveram a opção de recusar não é apenas superficial, é perigoso. Nenhuma discussão séria sobre essas questões pode se basear em tais simplificações exageradas. Essa não é uma visão que eu tenha, nem pretendo defender aqui. Abusos merecem não apenas condenação moral, mas também processo legal com total determinação. Em um contexto comercial, a dinâmica não é a mesma que em um relacionamento sexual privado. Se o ambiente for insalubre, um artista pode se sentir pressionado a não dizer "não isso" ou "não hoje", simplesmente porque está em um ambiente pago, estruturado e carregado de

expectativas. Ambas as situações levantam preocupações eticamente significativas. A primeira é problemática por razões óbvias: o consentimento deve ser específico, não apenas geral. Mas o segundo (sentir-se incapaz de dizer "hoje não") é igualmente importante. É razoável supor que mesmo os indivíduos sexualmente mais vibrantes e confiantes vivenciam momentos, às vezes longos períodos, em que o desejo se esvai. E isso também merece respeito. O desejo tem suas estações, e liberdade significa honrar não apenas os momentos em que ele arde intensamente, mas também aqueles em que se apaga ou se retrai silenciosamente. O direito de não sentir desejo não é um defeito: é uma

faceta da nossa humanidade, que não deve ser apagada pelo ritmo da produção ou pelas expectativas dos outros. Isso torna a situação mais delicada do que o sexo comum, e é verdade que contextos comerciais podem estar mais expostos a tais riscos. Mas também é essencial observar que essa mesma dinâmica pode, tragicamente, ocorrer em contextos privados pouco saudáveis e com muito mais gravidade do que na pornografia profissional, onde até mesmo o comportamento antiético é limitado pela natureza pública do ato. Como em outros ambientes de trabalho potencialmente perigosos, a verdadeira segurança depende de uma legislação sólida, da inteligência, empatia

e consciência ética de quem gerencia o processo, e de contratos bem escritos.

A expressão sexual, como todas as formas de intimidade humana, deve permanecer sempre livre, nunca devida. Ninguém, em nenhuma circunstância, deve se sentir moralmente obrigado a oferecer seu corpo. Transformar o desejo em dever é extinguir sua alma. É claro que escolher se entregar, mesmo sem desejo, pode ser um ato de afeto ou generosidade (embora humanamente questionável; e o que acontece se ambos os parceiros fizerem amor apenas para agradar um ao outro? O resultado, irônica e paradoxalmente, é que ninguém fica satisfeito). Mas deve sempre permanecer uma

escolha, nunca uma expectativa. Uma abertura mental ao prazer, quando autêntica e livre, pode certamente enriquecer a intimidade, mas nunca deve ser confundida com obrigação. Há uma diferença ética fundamental entre uma obrigação profissional que pode ser revogada sem vergonha e uma expectativa moral que transforma a recusa em culpa. Em modelos patriarcais de casamento, dizer não frequentemente torna você "egoísta". Claro, isso não significa igualar os dois domínios. Mas, se formos honestos, devemos admitir que a coerção emocional e a expectativa moral podem operar de forma mais insidiosa em relacionamentos privados do que em contextos profissionais regulamentados. A diferença está

nas consequências morais de recusar o ato. Em contextos profissionais saudáveis, um artista pode se retirar a qualquer momento sem ser visto como moralmente deficiente. Pode haver consequências econômicas, mas ninguém questiona sua dignidade. Seu "não" não mancha seu valor. E suas fantasias, se expressas livremente, também não devem marcá-la de vergonha. A liberdade de reter o próprio corpo e a liberdade de revelar os próprios desejos são dois lados da mesma dignidade. Em um casamento tóxico, moldado pelo dever e pela expectativa, o mesmo "não" pode ser recebido com culpa, pressão emocional ou decepção silenciosa. O custo não é financeiro, é relacional: afeto, estima ou paz podem ser

retirados. Uma pessoa não é um serviço. A liberdade termina onde a disponibilidade é presumida, e onde a liberdade termina, a dignidade também termina.

Certamente, alguns podem argumentar que a própria presença de crimes graves deveria ser suficiente para justificar uma proibição total. Podem alegar que qualquer pessoa honesta e lúcida o suficiente para reconhecer o óbvio (que não é plausível acreditar que um fenômeno global desse porte tenha permanecido intocado por questões sérias) deve ou se aliar aos proibicionistas mais radicais ou ser acusada de monstruosa insensibilidade. Mas esse tipo de pensamento reduz toda realidade

complexa a uma lógica binária. Como argumentarei mais adiante, há pelo menos duas verdades que nunca devem ser esquecidas:

i) primeiro, que crimes extremamente graves, infelizmente, existem em todas as esferas humanas, mesmo naquelas consideradas as mais nobres. A tensão entre consentimento formal e liberdade real e irrestrita não é um problema exclusivo da pornografia: ela pode surgir em muitos domínios, incluindo o casamento, onde a pressão emocional, as expectativas sociais ou a dependência financeira podem afetar profundamente as escolhas de uma pessoa. No entanto, não proibimos o casamento por causa de seus casos patológicos. Reconhecemos sua importância e

trabalhamos para proteger aqueles que são vulneráveis a ele. O mesmo raciocínio deve ser aplicado aqui.

ii) segundo, que a possibilidade de surgirem problemas sérios não justifica a proibição de algo que, para muitas pessoas, representa não apenas uma forma de expressão ou beleza, mas uma dimensão profundamente pessoal e vital da vida, assim como a fé o é para um crente. Em ambos os casos, estamos lidando com esferas íntimas de significado que não podem ser julgadas de fora. Assim como não exigimos que uma fé se conforme a normas coletivas para ser legítima, também não devemos exigir isso da expressão sexual.

A proibição, longe de resolver os problemas discutidos acima, gera outros, igualmente graves, a começar pela negação da liberdade para aqueles para quem a exibição é uma profunda necessidade existencial. Eliminar os problemas destruindo todo o contexto que os contém é como tentar "curar" um câncer matando o paciente; ou como se recusar a comer, se vestir ou usar o telefone para eliminar qualquer risco de apoiar práticas antiéticas. Em vez disso, devemos acreditar na possibilidade de remover o mal, preservando o que é bom, livre e digno de existência. É precisamente nesses casos que o discernimento se torna essencial.

Embora os crimes devam ser condenados e processados com total determinação, eles não justificam a proibição da pornografia. A história mostra que proibições definitivas não eliminam a demanda. Elas a levam para a clandestinidade, para mercados onde o abuso é mais difícil de detectar, prevenir ou punir. Não há razão para acreditar que a pornografia seja uma exceção. É claro que isso não significa que a regulamentação seja sempre a resposta certa. Alguns mercados merecem proibição (como tráfico de pessoas, exploração infantil ou drogas pesadas) porque os danos que causam são inerentes e não podem ser eliminados ou mitigados por meio de supervisão. No entanto,

este não é o caso da pornografia: ao contrário de mercados inerentemente prejudiciais, ela pode operar com segurança com regulamentações adequadas, garantindo condições de trabalho justas, consentimento informado e exames de saúde obrigatórios. A legalidade não garante a perfeição, mas permite transparência e monitoramento. Um setor que opera abertamente pode evoluir, melhorar e ser submetido a padrões éticos. Nos últimos anos, a atenção a essas questões cresceu significativamente. E se isso ainda for considerado insuficiente, em vez de se engajar em cruzadas proibicionistas, seria muito mais produtivo se os ativistas pressionassem por certificações éticas mais rigorosas, sem negar a

liberdade daqueles que escolhem fazer parte dela.

Preocupações com crimes são compreensíveis e legítimas. No entanto, argumentar que a pornografia deveria ser proibida por esse motivo seria tão absurdo quanto argumentar que a igreja deveria ser abolida devido à existência de indivíduos abusivos dentro dela (e deve-se notar que esses crimes são muito mais graves do que qualquer coisa que possa ocorrer na pornografia profissional, por razões que prefiro nem mencionar, embora sejam conhecidas por todos). Claramente, essa seria uma resposta irracional e injustificada.

Preservar algo que tem profundo valor para

muitas pessoas, ao mesmo tempo em que exige forte supervisão ética, não é uma traição à dor das vítimas, não é negação, mas discernimento: a capacidade de separar o que deve ser condenado do que ainda merece existir. O mesmo se aplica à família, indiscutivelmente a instituição mais sagrada da sociedade humana, o próprio berço do amor e do cuidado. E, no entanto, quando a família se torna tóxica, também pode ser palco dos abusos emocionais e físicos mais devastadores. Deveríamos abolir a família por esse motivo? Claro que não. Porque entendemos que seu valor, para milhões de vidas, continua imenso, e que a resposta à dor não é a destruição, mas a justiça. Não destruamos o que é significativo e belo para

punir aqueles que o traíram. Nós nos esforçamos para curar, proteger e preservar o que ainda merece existir.

Seguindo a lógica que anula em vez de reformar, e simplifica em vez de compreender, teríamos que proibir o trabalho, o esporte, a música, a educação, o turismo, os jogos, o voluntariado ou praticamente qualquer atividade ou instituição humana, porque crimes podem ocorrer em qualquer contexto. Até mesmo a caridade, uma das atividades mais nobres da humanidade, tem sido implicada em escândalos graves. Considere o escândalo da Oxfam no Haiti, onde alguns trabalhadores humanitários abusaram de seu poder para

explorar mulheres vulneráveis. Deveríamos proibir a caridade por esse motivo? Não, claro que não. O problema não é a caridade em si, mas os indivíduos que se aproveitam de indivíduos vulneráveis dentro dela.

O mesmo raciocínio se aplica à pornografia: a necessidade de regulamentações claras na indústria não é motivo para proibição, mas sim uma forma de garantir a proteção dos envolvidos, assim como em qualquer outro campo. Além disso, assim como a escala do fenômeno torna irracional acreditar que o abuso nunca ocorre, também não há razão para supor que a má conduta seja mais prevalente neste setor do que em locais de trabalho tradicionais,

onde diversas formas de abuso ocorrem, muitas vezes a portas fechadas e longe do escrutínio público, de maneiras que permanecem ocultas precisamente porque esses ambientes são considerados respeitáveis e incontroversos.

Neste exato momento, milhares de pessoas trabalham em canteiros de obras sem as devidas medidas de segurança, uma realidade que leva a milhares de mortes todos os anos. E, no entanto, não defendemos a proibição da construção civil, porque reconhecemos tanto seu valor social quanto a possibilidade de melhorar a segurança por meio da regulamentação. Por que a pornografia, onde os

riscos não são comparáveis, deve ser tratada como se fosse mais perigosa?

Alguns danos não estão previstos em lei. Nem todas as feridas são crimes, mas ainda assim são feridas. Portanto, elas importam. Existem ambientes dentro da pornografia que são tóxicos? Inevitavelmente, a resposta, em algum lugar, é sempre sim. Nenhum campo humano desse tamanho pode estar totalmente livre de tais problemas. Mas isso não é motivo para condenar todo o âmbito da expressão sexual. Existe o risco de alguns usarem a pornografia não para explorar o desejo, mas para fazê-lo murchar? Sim, claro que existe. O mundo está cheio de pessoas que prejudicam o que não

entendem. Tenha muito cuidado: não se trata de quão explícita é uma cena, ou de quão intensa a fantasia pode ser. Quando uma mulher escolhe expressar livremente seus desejos profundos, mesmo os mais ousados e selvagens, o que importa é que sejam dela, não forçados. E essa liberdade inclui tudo: o direito de abraçar a própria sexualidade com ousadia ou rejeitá-la completamente. Ambas as escolhas (e tudo o que há entre elas) são legítimas. Sua liberdade, sua autodeterminação em escolher se e como viver sua sexualidade, sua felicidade: é isso que faz a diferença. (E essa verdade vai muito além da pornografia.) Em última análise, assim como não proibimos o casamento porque algumas pessoas o distorcem e o transformam em algo

tóxico (sem tecnicamente cometer um crime), não devemos proibir a pornografia porque alguns a utilizam indevidamente ou porque a reduzem a uma mera máquina de fazer dinheiro, transformando algo que poderia honrar o eu mais profundo de uma pessoa em algo vazio, sem alma, desprovido de significado, cego à beleza que deveria ter revelado.

Por outro lado, a existência de má conduta grave, estatisticamente inevitável em qualquer grande empreendimento humano, não nega a realidade de experiências positivas e profundamente significativas: muitas pessoas na indústria falam abertamente sobre sua realização pessoal, mesmo depois de deixarem

o esporte, quando qualquer interesse financeiro é mínimo ou inexistente. E, assim como os pilotos de Fórmula 1, eles podem sair não por arrependimento, mas simplesmente porque sentiram que era hora de começar um novo capítulo na vida, talvez influenciados por preocupações familiares ou outros motivos pessoais. Esses depoimentos positivos são realidades que não podem ser ignoradas.

Alguns podem descartar isso como uma visão ingênua ou "romantizada" da pornografia, mas o que é verdadeiramente ingênuo é a suposição de que os desejos, motivações e aspirações humanas podem ser reduzidos a uma narrativa única e simplista. A ideia de que qualquer mulher que fale positivamente sobre sua

experiência com pornografia o faça unicamente para ganho financeiro é uma afirmação infalsificável. Como Karl Popper explicou, uma teoria que não pode ser testada empiricamente não é cientificamente válida. Se todo testemunho positivo for automaticamente descartado como sendo influenciado por interesses financeiros, então não há observação possível que possa refutar essa teoria. Isso não significa que toda afirmação deva ser aceita acriticamente, mas rejeitar todos os testemunhos favoráveis a priori, por uma questão de princípio, equivale a adotar uma posição dogmática em vez de racional. E o dogma, não a razão, é o verdadeiro inimigo do entendimento.

Voltando à questão do risco, vale a pena notar que muitas atividades socialmente aceitas envolvem perigos muito maiores do que a pornografia, como corridas de automóveis, montanhismo extremo ou exploração científica em ambientes mortais como vulcões e cavernas. Essas atividades são perigosas, mas a sociedade não exige sua abolição, porque o perigo é voluntário e consciente. Cada um encontra significado de maneiras diferentes: o que pode parecer imprudente ou absurdo para alguns é, para outros, uma vida vivida ao máximo. A oposição à pornografia, portanto, muitas vezes parece menos preocupada com danos demonstráveis e mais enraizada no

desconforto cultural com a expressão sexual. Em uma sociedade livre, não há justificativa para proibir atividades adultas consensuais simplesmente porque alguns as consideram arriscadas ou insensatas. Aqueles que realmente se importam devem apresentar argumentos, não impor restrições.

1.2) Perigoso para quem assiste?

Um argumento comum postula que a pornografia pode ter um impacto na saúde mental. Embora a pornografia possa ter efeitos negativos, especialmente em indivíduos psicologicamente vulneráveis, frequentemente me pergunto se os comportamentos

profundamente agressivos, rudes e frustrantes comumente observados na sociedade podem, pelo menos em parte, resultar da repressão sexual. Embora eu não afirme ter experiência em psicologia, é uma questão filosófica legítima se necessidades sexuais não satisfeitas, quando prolongadas, podem contribuir para desequilíbrios emocionais. Não se trata de afirmar uma conclusão definitiva, mas de destacar uma assimetria filosófica: examinamos os potenciais danos da pornografia, mas raramente consideramos as potenciais consequências psicológicas de sua ausência em certos contextos, especialmente quando essa ausência é motivada por vergonha ou culpa internalizada.

No entanto, ao contrário das afirmações alarmistas sobre a pornografia, reconheço que minha perspectiva é uma hipótese, não uma certeza. Também vale enfatizar que minha intenção não é criticar a abstinência em si, que é uma escolha legítima e pessoal que, para muitos indivíduos, pode não trazer quaisquer consequências negativas. Meu ponto é simplesmente que, para aqueles que não estão em um relacionamento e rejeitam a prostituição, e para quem o sexo casual não é uma opção desejada ou acessível, as alternativas práticas são limitadas. Nesses casos, a escolha se resume a alguma forma de autoestimulação, que pode incluir pornografia,

ou à abstinência. Isso não quer dizer que a pornografia preencha a necessidade de intimidade: ela não preenche. Mas, em certas circunstâncias, ela pode funcionar como uma válvula de escape: uma maneira de descarregar a tensão acumulada e manter um equilíbrio interno viável, evitando o desgaste psicológico onde a repressão poderia, de outra forma, levar ao sofrimento. Isso não é um ideal; é simplesmente uma realidade humana. Se quisermos discutir os potenciais danos, devemos ponderá-los de forma justa, em vez de presumir que a abstinência é inerentemente neutra enquanto a pornografia é inerentemente prejudicial, e vale a pena questionar se os riscos atribuídos à pornografia realmente superam

aqueles associados à abstinência prolongada ou forçada.

Especificamente em relação à questão da percepção distorcida da sexualidade, não nego que, para alguns indivíduos, particularmente aqueles com dificuldades de pensamento crítico, a pornografia possa ter efeitos negativos, como, por exemplo, o desenvolvimento de expectativas irreais. Mas isso não é algo exclusivo da pornografia, considere o culto à perfeição nas mídias sociais ou as representações idealizadas em filmes e séries populares. O que sabemos com certeza é que as mídias sociais são viciantes e promovem visões distorcidas da realidade. Basta

considerar a disseminação de teorias da conspiração como chemtrails, movimentos antivacinação, terraplanismo ou a rejeição da teoria da evolução.

Embora existam movimentos que defendem uma regulamentação mais rigorosa das mídias sociais, poucos propõem a proibição total. Em vez disso, o foco está em conscientizar, promover a responsabilidade e garantir o uso adequado. Naturalmente, assim como o álcool e outros conteúdos voltados para adultos, a pornografia deve permanecer acessível apenas a indivíduos maduros. Garantir que menores não a acessem é uma questão à parte, que diz

respeito à regulamentação, não à proibição para todos.

Algumas pessoas desenvolvem um uso compulsivo de pornografia? Certamente, assim como a ciência demonstra, isso pode acontecer com outras formas de entretenimento, incluindo televisão, videogames e até mesmo atividades saudáveis como estudo, nutrição ou exercícios físicos. A ciência serve para a compreensão, não para legitimar cruzadas morais. Aqueles que lutam contra comportamentos compulsivos devem buscar ajuda na medicina e na terapia. Eles merecem cuidado, apoio e respeito, não um estado de censura que pune todos os outros em nome do seu sofrimento. Isso não seria

justo nem digno, nem para eles nem para os outros. Eu ocasionalmente bebo uma cerveja, e minha esposa joga dois euros na loteria toda sexta-feira. Ambos deveriam ser proibidos porque algumas pessoas sofrem de alcoolismo ou vício em jogos de azar? Por que não deveríamos ser livres para desfrutar de "vícios" essencialmente inofensivos em paz? A questão não é a pornografia, as mídias sociais, os jogos de azar, o uso de smartphones, as compras ou o álcool em si, mas o contexto em que estão envolvidos.

Alguns podem se opor manipulativamente, apelando à autoridade da OMS, mas isso é uma deturpação. A Organização Mundial da Saúde

não defende a proibição da pornografia. Suas preocupações centram-se na proteção de populações vulneráveis (particularmente menores, que devem ser estritamente excluídos do acesso a ela), e não na proibição da expressão sexual adulta. Da mesma forma, levanta preocupações sobre o tempo excessivo de tela, sem exigir a proibição de ferramentas que, apesar de seus riscos, continuam imensamente valiosas, como os smartphones.

Concluindo, embora seja inegável que a pornografia pode ter efeitos negativos, retratá-la como uma praga social é um exagero grosseiro que distorce a realidade. Para a maioria das pessoas, em circunstâncias

normais, ela funciona como uma forma inofensiva de entretenimento. Isso não significa que seja inofensivo para todos, mas que, como outros tipos de entretenimento adulto, pode ser apreciado de forma responsável pela grande maioria, sem consequências adversas. Em vez de alimentar o pânico moral, uma abordagem mais racional seria focar no consumo responsável, assim como fazemos com outras indústrias voltadas para o público adulto.

2) A abolição da pornografia impediria a disseminação ilícita de material íntimo?

Um argumento a favor da proibição da pornografia pode ser que ela contribui para a

disseminação não autorizada de conteúdo sexual privado. Esta é uma questão profundamente preocupante que merece não apenas nossa atenção, mas também nossa empatia e solidariedade inabalável com as vítimas. A vergonha pertence inteiramente àqueles que violam sua confiança, ou se alimentam dela, não a eles. Eles não estão sozinhos; há pessoas que os apoiam. A eles, eu diria: se o dia de hoje parece insuportável, aguentem firme. Vocês são mais do que essa dor. Vocês são dignos de amor, respeito e justiça. Vocês não são definidos pelo que lhes foi feito. No entanto, a ideia de que esse problema pode ser resolvido proibindo a pornografia legal (restringindo, assim, a

liberdade daqueles que consideram a expressão e a exibição sexual gratificantes) é falha por múltiplas razões (embora os homens também possam ser vítimas, o estigma e as consequências são frequentemente mais graves para as mulheres: por uma questão de clareza, portanto, me referirei ao caso feminino a seguir).

Imaginemos que, num Estado repressivo e, portanto, antipornografia (fascista, comunista, teocrático, etc.), uma mulher denuncie o compartilhamento não consensual de um vídeo íntimo seu: será ela protegida ou correrá o risco de ser perseguida por "atos imorais"? Em países com regulamentação, existem instrumentos

legais para denunciar e punir a distribuição ilegal de vídeos. Em países proibicionistas, no entanto, as vítimas podem enfrentar barreiras para buscar justiça, visto que discutir conteúdo sexual em si pode ser estigmatizado ou mesmo criminalizado, potencialmente impedindo-as de denunciar abusos.

Alguns podem argumentar que esta questão é menos prevalente em países onde a pornografia é proibida, uma vez que, em teoria, não haveria vídeos íntimos para serem compartilhados sem consentimento. No entanto, este argumento é profundamente falho por pelo menos duas razões.

A primeira é que, mesmo em países onde a pornografia é legal e amplamente disponível, a distribuição ou busca de material íntimo não consensual é um crime gravíssimo, punido com leis específicas que visam proteger as vítimas e processar os infratores ao abrigo do direito penal. Fortalecer essas proteções e garantir sua aplicação é uma causa nobre que merece apoio inabalável.

A segunda é que, mesmo que, absurdamente, assumíssemos que em países proibicionistas um vídeo íntimo se espalha com menos facilidade, isso não mudaria nada: reduzir a circulação não significa nada se o preço for silenciar a vítima ou criminalizar sua sexualidade. Além disso, o

dano mais grave da disseminação ilícita não ocorre necessariamente em larga escala; pode ocorrer entre conhecidos, infligindo sofrimento profundo e injusto, independentemente da quantidade de pornografia acessível. Essa dor pode ser ainda mais devastadora em contextos onde a sexualidade é fortemente estigmatizada: justamente em países onde o sexo é tabu e a pornografia é proibida, o risco de retaliação para a vítima é ainda maior, pois ela não só é exposta contra sua vontade, como também é tachada de culpada de um ato considerado socialmente inaceitável. Nesses contextos, a vítima não tem como se defender, enquanto aqueles que espalham o vídeo permanecem impunes ou até encontram apoio na hipocrisia

social que condena mais as mulheres do que os homens.

3) A pornografia é degradante?

Essa crítica se baseia em uma suposição bastante questionável: quem decide o que é "degradante" e para quem? Não pretendo relativizar todos os valores aqui. Em vez disso, quero enfatizar um ponto ético fundamental: quando um adulto dá consentimento válido e informado a uma expressão sexual e não sente vergonha ou dano por isso, devemos nos perguntar se chamá-la de "degradante" é um reflexo do ato em si ou de um julgamento moral externo projetado sobre ela.

Houve um tempo em que até Madame Bovary, de Flaubert, foi processada por obscenidade. E por muito tempo, até os afrescos de Michelangelo na Capela Sistina foram considerados escandalosos por causa de sua nudez. O que é considerado "degradante" sempre foi, em grande parte, uma questão de percepção cultural, e não uma verdade objetiva. O teatro também foi considerado desonroso por muito tempo, de uma forma difícil de imaginar hoje. O mesmo pode ser dito do trabalho: em muitas sociedades do passado, o que hoje consideramos uma atividade nobre e digna já foi visto como algo vergonhoso. No capítulo 4 de Os Noivos, Alessandro Manzoni conta a

história de um comerciante que, ao envelhecer, sentiu vergonha "de todo o tempo que passou fazendo algo neste mundo" e observa com sua inteligência e humor sutil de sempre que "vender não é mais ridículo do que comprar", destacando o quão absurdo era considerar degradante uma atividade necessária à sociedade.

3.1) Degradante para quem?

Rotular como "degradante" algo em que um adulto se envolve voluntariamente é apenas uma projeção externa de sentimentos pessoais, e não uma realidade objetiva. Admito: pessoalmente, considero muitos reality shows

degradantes, tanto para a dignidade quanto para a inteligência dos envolvidos, mas reconheço que isso é uma questão de gosto, não uma questão legal. Outros gostam deles, e isso basta. Certamente, todos podemos concordar que proibir tais programas por lei seria uma clara violação da liberdade individual.

Se, por outro lado, a alegação é que a pornografia é degradante para o espectador, então o que torna assistir sexo mais degradante do que assistir esportes, filmes ou documentários?

Pode-se argumentar que produzir pornografia é humilhante. No entanto, se uma pessoa

vivencia algo como positivo e gratificante, não há razão para criticá-lo só porque não se enquadra nos cânones sociais tradicionais. A pornografia pode incluir conversas obscenas ou envolver dinâmicas como a exploração consensual e prazerosa de controle e rendição. Mas estas ocorrem dentro de um espaço definido pelo consentimento mútuo e pela autonomia pessoal, o que as distingue fundamentalmente da coerção. Não têm nada a ver com a opressão que excita a mente doentia de um estuprador. A diferença fundamental é o consentimento: o que torna uma dinâmica sexual envolvente é *precisamente* o fato de ser livremente escolhida e desfrutada por ambas as partes; nada poderia estar mais distante de

qualquer tipo de abuso. Também vale a pena notar que alguns indivíduos encontram profunda realização em dinâmicas consensuais de dominação e submissão, não baseadas em violência ou sofrimento, mas na confiança, na rendição psicológica e na alegria compartilhada de explorar papéis de controle e vulnerabilidade. Esta também é uma forma válida e significativa de expressão sexual, desde que seja livremente escolhida e mutuamente desfrutada. Para serem eticamente sólidas, essas dinâmicas devem ser baseadas em profunda sintonia emocional e escolhidas por ressoarem com a verdade interior dos envolvidos. Rotular tais experiências como "degradantes" ignora a diversidade da

sexualidade humana e corre o risco de projetar o desconforto pessoal nos outros. Essa diversidade inclui não apenas a expressão ousada, mas também o silêncio. Algumas pessoas expressam sua autonomia voltando-se para o sexo; outras, afastando-se dele.

Nenhuma forma de liberdade é mais legítima do que outra. Abster-se não é repressão e desinteresse não é um fracasso. A liberdade de dizer sim não significa nada sem a igual liberdade de dizer não, não apenas para um momento, mas talvez para uma vida inteira.

Além disso, a pornografia não necessariamente abraça dinâmicas ousadas. Ela abrange um vasto espectro de expressões, que vão desde as formas mais suaves e românticas de erotismo

até performances mais explícitas. Não existe uma definição única de pornografia, assim como não existe uma maneira única de vivenciar a sexualidade. O que importa é que todas as formas se baseiam no consentimento e na escolha pessoal.

Se uma experiência sexual é conscientemente escolhida entre adultos e vivida em segurança, então ser considerada degradante é uma questão de perspectiva pessoal, não uma justificativa para proibição. É ridículo alguém ditar: "Não, você não deveria aproveitar assim, só porque eu não gosto". Em última análise, esse princípio se aplica a qualquer outra atividade humana: e acho a comparação com o montanhismo

extremo muito interessante novamente: alguns o consideram extremamente gratificante, enquanto para outros seria um pesadelo. Privar os primeiros dessa experiência seria um crime quase tão grave quanto forçar os segundos a vivê-la.

Também vale a pena considerar que não é irracional supor que mesmo aqueles que são céticos ou pessoalmente indiferentes à pornografia provavelmente admitiriam que nem toda ela é feia, sem alma ou degradante.

Mesmo deixando de lado quase todo o conteúdo existente, é difícil acreditar que a maioria das pessoas, se exposta a um espectro amplo e diverso, não encontraria pelo menos

algumas obras que ressoassem com elas. Não porque sejam "hipócritas", mas porque a imaginação erótica é tão diversa e complexa quanto a música ou a poesia. Mesmo que aceitássemos, absurdamente, a lógica proibicionista que diz "Eu proíbo porque não gosto" (uma lógica eticamente insustentável), o silogismo implícito por trás de uma proibição total ainda entraria em colapso.

3.2) O duplo padrão moral

Na realidade, a ideia de que a pornografia é degradante é frequentemente reflexo de uma longa tradição cultural que sempre viu a sexualidade feminina como algo a ser

controlado e limitado. Não é coincidência que as mulheres que fazem pornografia sejam frequentemente julgadas negativamente, enquanto os homens o são muito menos, se não mesmo admirados. Esse é o mesmo padrão que leva a elogiar um homem com muitas parceiras e condenar uma mulher pelo mesmo comportamento. Mas se o problema é o estigma social, a solução não é proibir a pornografia: é mudar a mentalidade que a cerca. Não é a pornografia que degrada as mulheres, mas sim as normas sociais que impõem um fardo moral às mulheres por suas escolhas sexuais. Este julgamento é uma forma de opressão sexual. Tal condenação não é apenas injusta, mas também fundamentalmente incompatível com

os princípios de justiça e não julgamento que a verdadeira ética cristã promove.

Mas há algo ainda mais preocupante por trás da afirmação de que uma mulher "não deve" fazer pornografia, não porque não queira, mas porque outros dizem que isso é indigno dela. Tal raciocínio não é protetivo: é sexista e, em última análise, desumanizador. Baseia-se na suposição de que as mulheres não são plenamente capazes de decidir por si mesmas o que honra ou desonra sua dignidade. Dizer a uma mulher "você não pode fazer pornografia" porque isso ofende seu gosto moral não é diferente de dizer a ela "você não pode falar em

público" ou "você deve ficar em casa e cozinhar".

Não se trata de salvaguardar sua alma, mas de policiar sua vontade. Negar a alguém o direito de definir sua própria dignidade é uma forma mais profunda de objetificação do que qualquer ato consensual. Diz: "Você não tem permissão para ser você, porque já decidimos quem você deve ser". E não há insulto mais cruel, nem mais arrogante, do que fingir proteger alguém, negando-lhe o direito de ser quem é. Não pretendo falar pelas mulheres, apenas estar ao lado daquelas que foram julgadas e afirmar sua dignidade.

Devemos lembrar que o estigma não atinge apenas aquelas que escolhem a pornografia como profissão. Também atinge, talvez de forma ainda mais cruel, aquelas que a exploraram uma vez, por curiosidade, desejo, sensação de liberdade ou mesmo apenas para ganhar dinheiro fácil, e então, com o tempo, podem ter começado a duvidar, questionando-se se essa escolha deixou alguma marca nelas. A essas mulheres, quero dizer, com toda a gentileza e força que posso: vocês não perderam nada. Nem a sua dignidade. Nem o seu direito de serem amadas. Nem a sua capacidade de serem vistas com olhos cheios de estima e amor genuíno e terno. Não há nada de errado com vocês, nem antes, nem agora.

Aqueles que as julgam sem compreender estão apenas revelando seus próprios limites. Não é seu. Você merece ser amado com paixão, com respeito, com poesia. Não "apesar" do que você fez, mas ainda mais pela coragem que teve.

Porque se mostrar, dizer sem vergonha ao mundo: "este sou eu", não é apenas revelar sua pele, mas desnudar sua alma. E isso também é algo profundamente humano e profundamente digno. Isso não quer dizer que tal escolha deva ser feita levianamente. Como eu disse antes, "se o problema é o estigma social, a solução não é proibir a pornografia: é mudar a mentalidade que a cerca", mas esse objetivo ainda está longe e pode nunca ser plenamente alcançado. O estigma existe, e se alguém se sente frágil

demais para carregá-lo levemente, com paz, não acho sensato ignorá-lo. Mas isso não tem nada a ver com o valor de uma pessoa que passou por essa experiência.

3.3) O medo da liberdade alheia

Pessoalmente, como a maioria das pessoas, sou emocional e sexualmente monogâmico e reservado, e não tenho interesse em viver minha sexualidade de forma diferente. Mas isso não me faz sentir superior àqueles que fazem escolhas diferentes das minhas (por exemplo, as escolhas de promiscuidade ou exibicionismo que caracterizam a pornografia), assim como não me sentiria melhor do que alguém que

pratica esportes radicais ou se dedica a paixões que eu não praticaria. O único critério que realmente importa é o consentimento voluntário e informado dos envolvidos. Por que eu deveria dizer àqueles que vivem sua sexualidade de forma diferente de mim: "Eu sou justo e você está errado"? Que princípio objetivo justifica tal postura? Em que sentido sou moralmente superior? O amor verdadeiro não é ameaçado pela expressão sexual, especialmente quando se entende que sexo e amor, embora frequentemente se encontrem, não são a mesma coisa. É possível sentir envolvimento emocional sem desejo, e desejo sem envolvimento emocional. Isso não é uma falha da natureza humana. Faz parte de sua riqueza.

Eu também acredito firmemente na possibilidade de amizade profunda entre homens e mulheres, ou, no caso de indivíduos gays, entre pessoas do mesmo gênero. Fico triste quando as pessoas sentem a necessidade de sexualizar toda forma de afeto ou proximidade, como se nossa única linguagem emocional fosse erótica. Há imensa beleza em laços que não pedem nada além de presença, lealdade e a alegria silenciosa de estar lá para o outro. Esta breve digressão, acredito, não é descabida. O pensamento filosófico também significa reconhecer as conexões profundas entre temas aparentemente diferentes. A liberdade sexual também inclui a liberdade de não se envolver em sexo, a liberdade de

cultivar laços profundos e não eróticos, de viver relacionamentos afetivos sem padrões pré-estabelecidos. Aqui, eu queria desafiar a ideia de que certas conexões devem ser sexualizadas ou categorizadas. Este é, na verdade, o mesmo impulso que subjaz ao desejo de proibir a pornografia: a obsessão em rotular, em categorizar, em controlar. Em outras palavras, essas reflexões, embora pessoais, são profundamente importantes, porque nossa capacidade de respeitar a liberdade dos outros começa com nossa capacidade de compreender a diversidade das conexões humanas. É precisamente essa riqueza da experiência humana que deve nos lembrar de que não estamos em posição de julgar.

Se uma pessoa voluntariamente escolhe consumir pornografia, encontra satisfação em seu trabalho e não sofre danos, a verdadeira questão é se cabe a outra pessoa julgar. Quem somos nós para dizer que isso é "degradante"? Tentar legislar sobre a moralidade com base no desconforto pessoal aproxima-se perigosamente de uma mentalidade autoritária e suscita preocupações filosóficas mais amplas sobre a liberdade individual e o controle estatal sobre a vida privada.

Como John Stuart Mill eloquentemente colocou em "Sobre a Liberdade":

> Assim que qualquer parte da conduta de uma pessoa afeta prejudicialmente os interesses de outros, a sociedade tem jurisdição sobre ela, e a questão de se o bem-estar geral será ou não promovido pela interferência nele torna-se aberta à discussão. Mas não há espaço para tal questão quando a conduta de uma pessoa não afeta os interesses de ninguém além dela mesma, ou não precisa afetá-la, a menos que ela queira (todas as pessoas envolvidas sendo maiores de idade e com o nível normal de compreensão). Em todos esses casos, deve haver perfeita liberdade, legal e social, para realizar a ação e suportar as consequências.

Debates semelhantes surgem em outras áreas da autonomia individual. Considere a eutanásia: deve-se negar a um indivíduo informado e consentido o direito de pôr fim ao seu sofrimento? Ou considere a homossexualidade, que até há relativamente pouco tempo era restringida com base em argumentos moralistas semelhantes aos que às vezes são direcionados contra a pornografia hoje em dia. Em algumas partes do mundo, ela ainda é proibida, frequentemente por homens heterossexuais (em muitos contextos, as mulheres tendem a demonstrar mais tolerância e, em países culturalmente regressivos, raramente ocupam cargos de poder) que, precisamente por serem homens heterossexuais, entendem o quão

excruciante seria se verem presos em um mundo onde a única forma de intimidade permitida é com homens. E, no entanto, apesar dessa compreensão, elas se sentem no direito de impor exatamente isso às mulheres lésbicas, negando-lhes o direito de seguir sua própria natureza e amar livremente. Não por ignorância, mas pela vontade de impor aos outros o que elas mesmas jamais aceitariam suportar. Assim como no caso da pornografia, o que todos esses casos revelam é o mesmo medo subjacente da liberdade alheia e a obsessão pelo controle sobre o que é diferente.

No entanto, precisamente porque a defesa da liberdade homossexual é tão importante, é

preciso também reconhecer os riscos representados por sua exploração para autoengrandecimento. Nos últimos anos, em alguns contextos ocidentais, temos visto um número crescente de indivíduos que, sob o pretexto de defender minorias sexuais, parecem mais preocupados com a demonstração de superioridade moral do que com o bem-estar real daqueles que afirmam defender. Essas dinâmicas, muitas vezes impulsionadas pela vaidade e não pela virtude, podem alienar a opinião pública, criar fadiga cultural e até mesmo dificultar a vida dos próprios homossexuais, que podem se sentir envergonhados, deturpados ou reduzidos a símbolos em batalhas ideológicas. Um

fenômeno muito semelhante pode ser observado no ativismo antirracista, onde algumas vozes buscam não justiça, mas os holofotes. A luta por dignidade e igualdade merece mais do que ser instrumentalizada pelo ego. Como Alessandro Manzoni certa vez observou (capítulo 13 de "Os Noivos"), muitas vezes acontece que

> os apoiadores mais fervorosos se tornam um obstáculo.

Uma verdade que ainda se mantém: os apoiadores mais zelosos, sem humildade e moderação, podem frequentemente se tornar

um obstáculo à própria causa que pretendem servir.

4) A pornografia objetifica as pessoas?

Embora seja importante reconhecer que alguns indivíduos podem encontrar genuína satisfação sexual ao serem eroticamente objetificados, dentro de uma estrutura consensual e íntima, o termo objetificação é frequentemente usado em sentido negativo, para implicar perda de vontade, dignidade ou humanidade. Mas esses são conceitos fundamentalmente diferentes.

Objetificação erótica, quando escolhida livremente e vivenciada com respeito mútuo, não é o mesmo que desumanização. A primeira

pode ser uma forma válida de expressão pessoal; a segunda é uma violação do eu.

Mas quando falamos de objetificação na pornografia, estamos realmente nos referindo à segunda? Se uma pessoa adulta e consentida decide fazer pornografia, quem somos nós para dizer que ela é "reduzida a um objeto"? Se essa lógica fosse válida, teríamos que dizer que um modelo é objetificado porque é apreciado por sua estética, ou que um atleta é objetificado porque seu valor está ligado à performance física. Mas ninguém levanta essas objeções, porque é claro que o valor de uma pessoa nunca se reduz a uma única dimensão. Além disso, a pornografia não anula a personalidade de quem

a prática. Por que não poderia, em vez disso, ser uma forma de expressar a individualidade?

A expressão “ser visto como um objeto” é, em si, problemática. Uma artista pornô não é vista como um manequim ou uma concha vazia: é justamente o fato de estar viva, presente e consciente que dá sentido à cena e a torna erótica. O que desperta o desejo não é a ausência de subjetividade, mas precisamente sua presença consciente, a consciência por trás do olhar, o ato deliberado de se mostrar. Ela não é reduzida a um objeto; ela é um sujeito que escolhe brincar com certos códigos estéticos. E essa escolha deliberada é o que separa a exibição erótica da desumanização. É

precisamente por isso que a pornografia gerada por IA, por mais realista que seja, nunca poderá ter o mesmo valor que a pornografia real. Não são apenas imagens, são expressões da presença humana, de indivíduos conscientes que escolhem ser vistos. Os dilemas éticos e emocionais que em breve surgirão em torno do uso de IA na pornografia são mais uma prova de que os artistas não são percebidos como objetos, mas como indivíduos conscientes. Se fossem realmente vistos como meros instrumentos, a pornografia se transformaria em réplicas artificiais. Duvido muito que isso aconteça. A arte figurativa gerada artificialmente pode ser eficaz em muitos outros domínios, mas é precisamente na

pornografia que ela falha em substituir o elemento humano. Existem setores onde as pessoas são frequentemente tratadas como ferramentas substituíveis: em fábricas, em escritórios, no atendimento ao cliente. É claro que não há nada inerentemente errado com a automação: substituir o trabalho humano por máquinas é frequentemente um sinal de progresso, não uma falha ética. Mas devemos reconhecer o que isso revela. Quando uma máquina consegue fazer o trabalho com mais eficiência, o humano é descartado sem hesitação moral, como se sua presença não tivesse valor intrínseco. É assim que se parece a verdadeira objetificação. Paradoxalmente, é precisamente na pornografia (o próprio campo

acusado de reduzir as pessoas a objetos) que a presença humana não pode ser substituída. E essa observação destaca a falácia da afirmação de que os artistas são vistos como objetos: se realmente o fossem, réplicas de IA seriam mais do que suficientes. Em outras palavras, precisamente onde há uma maior acusação de objetificação, há, na realidade, um maior reconhecimento da insubstituibilidade humana.

Na realidade, aqueles que acusam a pornografia de "objetificar" frequentemente o fazem para estigmatizar a sexualidade feminina. Por que uma mulher que escolhe mostrar seu corpo deveria ser "reduzida a um objeto", enquanto aquelas que o escondem são consideradas

"respeitáveis"? Essa mentalidade não protege as mulheres, mas as infantiliza. O verdadeiro respeito não está em dizer a elas o que podem ou não fazer, mas em reconhecer sua capacidade de decidir por si mesmas. Fazer pornografia ou se tornar freira são escolhas legítimas e profundamente respeitáveis. É odioso que existam pessoas que respeitam uma, mas não a outra. Ambas são formas de autodefinição, nenhuma é mais ou menos nobre, desde que sejam livremente escolhidas.

Alguns invocam Kant para acusar a pornografia de reduzir o ser humano a um objeto. Mas é precisamente o seu princípio mais nobre, aquele que nos ordena tratar cada pessoa como

um fim, e nunca meramente como um meio, que revela a falha desse argumento. Se uma pessoa, em plena consciência de si mesma, sente que um dos propósitos de sua vida inclui a exibição, ela não é um objeto: é um indivíduo que toma decisões sobre seu próprio corpo e sexualidade. O respeito moral por essa pessoa significa honrar essa escolha, não suprimi-la. Negar-lhe essa liberdade, em nome da defesa de um modelo social dominante de sexualidade que ela não reconhece como seu, significa precisamente tratá-la como um meio para um fim que não compartilha (ou seja, preservar uma visão coletiva e moralista da sexualidade), em vez de tratá-la como um fim em si mesma. E isso, sim, significa realmente objetificar.

Alguns podem objetificar que, mesmo concedendo autonomia e consentimento, a pornografia ainda frequentemente envolve uma espécie de objetificação, e que isso por si só contradiria o princípio kantiano de nunca tratar uma pessoa meramente como um meio. Mas essa perspectiva é profundamente questionável. Quando permitimos que um adulto, plenamente consciente de si mesmo, se envolva em pornografia, não o estamos coagindo ou enganando a fazer algo que não deseja; estamos permitindo que ele satisfaça uma necessidade, busque uma forma de autoexpressão que lhe seja importante.

Quando uma pessoa decide conscientemente se oferecer ao olhar dos outros, mesmo de uma forma que brinca eroticamente com a objetificação, ela não está sendo reduzida a um meio. Ela está escolhendo um propósito; está exercendo agência. Nesses casos, o corpo se torna uma linguagem, uma forma de expressão, até mesmo uma declaração cultural ou existencial. Se eu voluntariamente assumo um papel, mesmo um que simbolicamente me coloque na posição de um "meio", continuo sendo um sujeito. Eu sou o autor daquele momento. Não vejo o imperativo de Kant como uma proibição de papéis eróticos ou teatralidade, mas como um chamado ao respeito à soberania da pessoa, especialmente

quando sua liberdade assume formas não convencionais, mas eticamente inofensivas. Em suma, ser desejado ou oferecer prazer, como cantores ou dançarinos também fazem, não é o mesmo que ser um objeto.

Se trouxéssemos o Kant histórico para o século XXI e lhe perguntássemos o que pensa da pornografia, é provável que ele ficasse horrorizado (e não posso excluir que o mesmo se aplicasse a Mill). Essa reação seria moldada pelas normas culturais e sexuais de sua época, não pelos princípios fundamentais de sua filosofia moral. É por isso que defendo que aplicar suas principais ideias éticas ao nosso contexto atual pode, às vezes, exigir um

afastamento de seus julgamentos pessoais. O desafio não é seguir as conclusões de Kant, mas permanecer fiel ao seu método moral: tratar as pessoas como fins e agir apenas com base em princípios que podemos desejar como leis universais. Acredito que, com todas as contradições que habitam cada ser humano, Kant, em certo sentido, até antecipou Mill em várias décadas. Ele escreveu (de "Sobre o velho ditado: isso pode estar certo na teoria, mas não funciona na prática"):

> Ninguém pode me obrigar a ser feliz à sua maneira, de acordo com sua concepção do bem-estar de outra pessoa. Em vez disso, cada um pode buscar sua felicidade da maneira que lhe

parecer melhor, desde que não infrinja a liberdade de outras pessoas de buscarem objetivos semelhantes, ou seja, o direito de outra pessoa de fazer o que puder coexistir com a liberdade de cada homem sob uma possível lei universal.

É claro que as visões de Kant sobre sexualidade eram complexas, e minha área é física, não filosofia; apenas ofereço uma leitura filosófica de boa-fé de seus princípios-chave, aplicada a um contexto moderno onde os desafios morais mudaram (muitas das realidades a que me refiro aqui simplesmente não existiam e eram inimagináveis na época de Kant), mas a necessidade de respeito, autonomia e

consciência do impacto que nossas ações têm no mundo permanece a mesma. Ouso dizer que a provável rejeição da pornografia pelo Kant histórico contradiria o cerne de sua filosofia, tanto em termos do imperativo de tratar cada pessoa como um fim e nunca meramente como um meio, quanto em termos de agir apenas com base em princípios que se possa razoavelmente desejar que se tornem leis universais (neste caso, o princípio de que escolhas pessoais que não podemos compartilhar ainda devem ser respeitadas, desde que respeitem os outros). O que estou fazendo aqui é considerar uma interpretação evoluída de seu pensamento, uma que preserva sua essência ética, mas rejeita o moralismo sexofóbico de outra época. Tratar

alguém como um fim não significa ditar sua vida, mas honrar sua capacidade de escolhê-la.

5) A pornografia explora a solidão?

Alguns podem argumentar que a pornografia explora a solidão, mas este é um argumento fraco por pelo menos dois motivos.

i) Primeiro, a pornografia não é exclusiva de indivíduos solitários. Muitas pessoas em relacionamentos felizes e profundamente conectados a apreciam juntas como uma experiência compartilhada.

ii) Segundo, todas as indústrias existem para satisfazer as necessidades humanas. A agricultura explora a fome? Os médicos

exploram as doenças? Se você quiser colocar dessa forma, então sim, mas isso é simplesmente uma característica de todas as profissões. Toda vez que vamos trabalhar, o que fazemos é precisamente para satisfazer uma necessidade. E isso, em geral, é algo verdadeiramente nobre.

Às vezes, essas necessidades não são nada saudáveis, como tabaco, álcool, fast food, bebidas açucaradas ou programas de TV ruins. No entanto, ao contrário de substâncias como álcool ou tabaco, a pornografia, pelo menos quando vivenciada de forma consciente e respeitosa, está relacionada a uma necessidade natural e saudável. A verdadeira questão é: qual

problema a proibição da pornografia realmente resolve? De que forma a proibição da pornografia melhoraria a vida de homens e mulheres que não estão em relacionamentos? A única preocupação que me vem à mente em relação à questão da solidão é que, em casos raros, indivíduos psicologicamente vulneráveis podem vir a acreditar que a pornografia pode substituir o contato humano. No entanto, como já discutido na Seção 1.2, o risco de abuso por alguns não justifica a supressão da liberdade de todos.

Concluindo, nem todo uso é igualmente saudável; assim como acontece com a comida ou o entretenimento, o excesso pode levar a

problemas. Mas isso não é uma falha da pornografia em si, apenas um lembrete de que todo prazer requer equilíbrio e consciência.

6) O argumento "e se ela fosse sua mãe?"

Este é um exemplo clássico de falácia emocional. A ideia de que uma atividade se torna inaceitável quando envolve um parente próximo não é um argumento racional, mas uma reação emocional. Se minha mãe fosse atriz pornô, seria escolha dela, assim como seria se ela escolhesse ser advogada, atleta ou artista. Mas por que isso seria um problema para mim? Se ela escolheu livremente esse caminho, que base racional eu teria para

contestar? A única questão real deveria ser se ela o deseja. E se sua mãe quisesse escalar o K2? Isso me aterrorizaria de verdade, com razão, já que os riscos são fatais. Embora eu ainda ache isso *profundamente injusto*, pelo menos consigo entender por que o Estado tenta proibir tais atividades de alto risco por razões de segurança. Mas pornografia? Pode envolver complexidades emocionais e éticas, como muitas experiências humanas, mas quando livremente escolhida, não é inerentemente prejudicial e não deve ser tratada como se fosse uma ameaça à segurança. Em resumo, em resposta à pergunta "e se ela fosse sua mãe?", eu responderia exatamente como Charlie Chaplin fez quando anulou orgulhosamente

uma acusação que pretendia ser discriminatória: "Eu não tenho essa honra". O fato de um membro da família se envolver em uma determinada atividade não altera sua natureza ética.

7) O argumento "e se ela fosse sua esposa?"

Embora muito do que foi dito na seção anterior também se aplique aqui, esta objeção é mais profunda: não apela à moralidade pública, mas a algo mais íntimo, o vínculo emocional entre duas pessoas. Não se trata do que a sociedade permite, mas sim do que o amor romântico pode compreender e abraçar. E é precisamente por isso que merece igual atenção filosófica.

Isso me leva a refletir sobre como eu pessoalmente entendo relacionamentos, confiança e liberdade, não como uma mera e inapropriada digressão, mas porque qualquer resposta filosófica à objeção "e se fosse sua esposa?" à pornografia depende necessariamente de como se concebe o amor e a parceria. O que se segue não é uma anedota privada, mas um conjunto de princípios gerais, ilustrados através de uma lente pessoal, mas que pretendem falar a uma realidade humana universal. Como ficará claro, esta visão não é estreita ou prescritiva: ela deixa espaço para todas as perspectivas e sensibilidades emocionais. Minha visão de relacionamentos não se baseia na propriedade, mas na confiança

e no respeito mútuo. Eu não sou dono do corpo da minha esposa: *ela* é dona dele. Se ela fizesse tal escolha, seria decisão dela, e meu papel seria simplesmente respeitá-la e entender seus sentimentos a respeito. Amor não é controle, nem medo da liberdade da outra pessoa. É confiança, cumplicidade e o desejo de ver a pessoa que você ama se realizar da maneira que faça sentido para ela. Dito isso, abertura e honestidade são fundamentais em qualquer relacionamento. Embora eu não veja o amor como posse, eu o vejo como uma parceria baseada na confiança mútua. Se minha esposa tomasse tal decisão sem me informar, isso seria uma traição, não pela natureza da escolha em si, mas porque violaria o fundamento da

confiança que sustenta nosso relacionamento. Transparência é essencial: a verdadeira liberdade em um casal não significa fazer o que um quer sem considerar o outro, mas fazer escolhas abertamente, com compreensão e respeito mútuos.

Em um relacionamento romântico, sexo (e, de forma mais ampla, intimidade física e toque) e amor podem se entrelaçar, mas não são a mesma coisa. Uma pessoa pode compartilhar seu corpo sem nunca entregar seu coração. E é possível oferecer a plenitude do amor sem jamais buscar o toque. Todos nós temos pessoas que estimamos com um amor radiante e duradouro, totalmente assexuado. Intimidade

nem sempre se trata de toque. Às vezes, trata-se de presença, lealdade ou de ser reconhecida.

A ideia de que uma mulher que faz pornografia não pode ter um relacionamento feliz e amoroso é um preconceito, não uma realidade. Se ela fez disso sua profissão ou simplesmente escolheu explorar esse lado de si mesma uma vez na vida, isso não muda nada. Um vínculo romântico não se mede pelo histórico sexual, mas pela presença, pela profundidade da conexão entre duas almas. O amor é feito de afinidade, apoio e ternura, não de certificados de "pureza". Qualquer pessoa que acredite que uma mulher não pode ser amada com a mesma paixão e devoção simplesmente porque sua

sexualidade foi compartilhada na pornografia, seja uma ou várias vezes, não entendeu nada sobre amor.

Uma mulher pode explorar até as formas mais ousadas, cruas e tabus de sua sexualidade, incluindo fantasias de rendição, visibilidade e exposição, e ainda assim ser acolhida com ternura, lealdade e respeito. Quer tenha compartilhado seu corpo com o mundo uma ou muitas vezes, ela ainda pode ser a musa de alguém, a âncora de alguém, o lar de alguém. Aqueles que dizem o contrário confundem amor com posse e dignidade com conformidade. O amor verdadeiro assume

muitas formas. Uma delas abraça a liberdade, não com medo, mas com graça.

É preciso força para se revelar, mesmo que brevemente, em um mundo crítico. Para abraçar a sua verdade mesmo quando os outros apontam o dedo. Essa força não é uma falha moral. É uma forma de coragem. E essa coragem, essa honestidade luminosa, é algo profundamente belo. Não merece vergonha, mas admiração. Merece ser recebida não com frieza, mas com o tipo de amor que não pede que você se esconda, mas que está ao seu lado na luz e o sustenta durante as tempestades da vida.

Monogamia emocional e exclusividade sexual são dois conceitos frequentemente relacionados, mas que permanecem distintos. Uma pessoa pode compartilhar seu corpo enquanto permanece emocionalmente dedicada exclusivamente ao seu parceiro. Não estou dizendo que a exclusividade sexual seja errada; pelo contrário, é uma escolha perfeitamente legítima e valiosa para muitos casais. Mas o que realmente importa é a compatibilidade entre os parceiros nesse ponto. Cada casal deve ser livre para definir suas próprias regras com base em suas preferências, limites e compreensão mútua, sem pressões sociais. Algumas pessoas consideram a fidelidade sexual essencial, enquanto para outras, a

liberdade individual é mais importante. O fundamental é que os parceiros estejam alinhados e que nenhum imponha sua opinião ao outro. Se duas pessoas descobrem que têm necessidades desalinhadas nesse aspecto, cabe apenas a elas decidir como lidar com a questão. Dito isso, também quero deixar claro que minha posição não vem de nenhum "motivo oculto". Não tenho interesse em relacionamentos extraconjugais. Mas isso não significa que eu acredite em propriedade, apenas em honrar a liberdade dela, não reivindicar uma para mim. Para mim, amor significa desejar a felicidade da outra pessoa. Eu jamais desejaria ser um obstáculo entre minha esposa e sua realização na vida. Nosso

relacionamento é construído com base na cumplicidade e na confiança mútua, não em inseguranças, imposições ou controle.

Escolhemos a monogamia livremente, porque ela reflete quem somos, mas isso não significa que eu me sinta no direito de proibir minha esposa de fazer algo que ela considerasse profundamente importante para ela, nem que relacionamentos que não são sexualmente exclusivos sejam menos profundos, leais ou sinceros. O que importa não é se um casal escolhe a monogamia sexual, mas se seu vínculo é construído com base no respeito mútuo, consentimento e compreensão. Alguns corações permanecem unidos mesmo quando os corpos se separam. A monogamia sexual não

é a única forma possível de amor. Não é a única maneira de viver um relacionamento. Em resumo, toda escolha livremente feita entre adultos merece respeito. Porque a questão é precisamente esta: ninguém tem o direito de dizer a outra pessoa qual é a maneira "certa" de amar.

8) O argumento "Mas nenhuma mulher jamais faria isso"

Existem maneiras de sentir, acreditar ou desejar que talvez nunca compartilhemos, mas isso não as torna menos reais ou menos dignas de respeito. Às vezes, as pessoas fazem coisas que a maioria não consegue entender. Pilotos de

corrida são um exemplo marcante: muitos deles passam a vida pagando quantias exorbitantes só para correr. Na realidade, pagam para arriscar suas vidas. Nada ilustra mais claramente que algumas pessoas amam profundamente o que outras veem como pura loucura.

Não há nada de errado em ter desejos sexuais convencionais, ou em não ter nenhum. E assim como respeitamos essas experiências, também devemos estender nosso respeito àqueles cujos desejos assumem formas diferentes (como o desejo de ser visível, de compartilhar a sensualidade abertamente, como acontece no tipo de exibicionismo encontrado na pornografia) e encontrar a humildade para

reconhecer o que podemos não compreender ou compartilhar completamente. O que importa não é se um desejo se encaixa nas normas sociais, mas se ele é explorado com consentimento, consciência e respeito mútuo.

Diante disso, vamos parar um momento e refletir sobre o significado deste argumento específico contra a pornografia, que afirma que mulheres com fantasias exibicionistas consensuais entre adultos, sejam elas leves ou intensas, simplesmente não existem. Essa afirmação não é apenas equivocada: é tão extrema, à luz da diversidade psicológica da humanidade, que pertence diretamente ao reino do ridículo. Mas o pior de tudo, de todos os

argumentos contra a pornografia, este é de longe o mais eticamente abominável, repulsivo e desumanizador. Não se trata de uma condenação de todas as críticas à pornografia: algumas levantam preocupações importantes. O que rejeito como eticamente repulsivo é a negação de que qualquer mulher possa desejá-la livremente. Não é apenas errado, é moralmente ultrajante. O que poderia ser mais cruel do que dizer a alguém que seu modo de ser é tão inaceitável que deve ser apagado do próprio reino da possibilidade humana? Que seus desejos são tão ilegítimos que nem sequer podem ser imaginados?

Isso não é meramente controle. É uma forma de aniquilação: uma tentativa de apagar não apenas a liberdade, mas a própria identidade.

Por isso, não basta tolerar a liberdade das mulheres em teoria; é preciso defendê-la na prática, mesmo quando ela assume formas que provocam estigma social. Se você acredita no direito da mulher de decidir por si mesma, então o direito de produzir pornografia também deve ser respeitado. Dizer o contrário não é feminismo, mas misoginia. Alguns afirmam proteger as mulheres, mas não ouvem o grito silencioso daquelas forçadas a enterrar seu desejo sob camadas de medo e censura, mulheres que vivem em sociedades onde

expressar livremente sua sexualidade é punido, até mesmo criminalizado. Inclusive, sim, pela repressão de coisas como a pornografia. E não é libertação, é a fria sufocação da liberdade.

Esse grito silencioso existe, mas é abafado pela hipocrisia moralista daqueles que afirmam proteger as mulheres. Vimos o que acontece quando a "virtude" é usada para justificar a perseguição. Até Cristo foi crucificado por uma multidão que pensava estar fazendo a coisa certa. A história está cheia de tragédias cometidas em nome da virtude.

Há mulheres que adorariam fazer pornografia, mas nasceram em lugares onde até as menores expressões de autonomia feminina são

violentamente punidas. Elas sofrem não por causa da pornografia, mas porque são proibidas de aceitá-la: silenciadas por lei ou, em outros lugares, simplesmente pelo estigma. Se realmente acreditamos na liberdade, devemos defender o direito da mulher de se exhibir ou se cobrir. De expressar sua sexualidade abertamente, ou de vivê-la em particular, ou mesmo de não vivê-la. Liberdade significa escolha, não coerção. Negar a existência dessas mulheres é tão cego quanto negar que outras sofram com a violação de sua privacidade. Ambas as formas de sofrimento decorrem da negação da liberdade sexual, apenas em direções opostas: uma, da exposição indesejada (um tópico que já exploramos na Seção 2), a

outra, da repressão da expressão desejada.

Ambas as realidades merecem toda a nossa atenção.

Àqueles que dizem que a pornografia deve ser proibida para proteger as mulheres, pergunto: vocês realmente acreditam que todas as mulheres desejam as mesmas coisas? Que nenhuma jamais sofreu em silêncio por ter sido negado o direito de viver seu próprio desejo? Você realmente acha que, entre os bilhões de vidas nesta Terra, nenhuma mulher passa a noite acordada, ansiando pela liberdade de ser ela mesma sem medo ou vergonha, talvez porque alimente fantasias vívidas e exibicionistas e anseie por ser vista, admirada e

desejada em seus próprios termos? E pior ainda, ela sofre, pensando que é falha em sua essência. Que seus desejos são desviantes, suas fantasias vergonhosas, que ela mesma é algo a ser escondido. Mas não há nada de errado com ela. E ela merece a mesma dignidade e liberdade que qualquer outra pessoa. Talvez ela sonhe em dizer ao mundo: "Esta sou eu. Eu existo. Eu sou assim. E não tenho vergonha." (As mesmas palavras poderiam ser ditas por um crente ou por um ateu que ousa professar sua fé em um ambiente hostil.) E, no entanto, ela sofre, **precisamente** porque alguém, em algum lugar, está lutando para negar-lhe essa liberdade.

Conclusão

Esta resposta não deve ser interpretada como uma defesa acrítica da pornografia, que certamente pode ser prejudicial em certos contextos, mas sim como um forte argumento contra sua proibição como uma violação da liberdade individual. Não nego que possam existir questões relacionadas à pornografia, por exemplo, quanto ao seu potencial impacto em indivíduos psicologicamente vulneráveis. Mas reconhecer a possibilidade de dano não justifica a proibição. Como muitas outras ferramentas, a pornografia não é inerentemente boa nem inerentemente má: seu valor depende de como é usada e por quem. Nesse sentido, a

pornografia não é diferente de inúmeras outras coisas, que podem ser benéficas quando usadas de forma responsável, mas prejudiciais quando mal utilizadas.

Em última análise, a questão central não é a pornografia em si, mas a questão mais profunda de se uma sociedade democrática deve impor restrições morais a atos consensuais que não infrinjam os direitos dos outros. A verdadeira liberdade sexual significa proteger tanto o direito de expressar o desejo quanto o direito de se esquivar dele. Significa defender tanto os ousados quanto os quietos. Este princípio vai além da sexualidade: o teste de uma sociedade livre não é o quão bem ela protege o que

admiramos, mas o quão justa ela trata o que não admiramos.

A liberdade é o fundamento de toda vida digna. Parafraseando Charlie Chaplin (discurso à humanidade): "não devemos nos entregar àqueles que nos dizem o que fazer, o que pensar e o que sentir!". É por isso que este não é apenas um debate sobre imagens e telas. É um debate sobre dignidade humana, autonomia e a coragem moral de deixar os outros serem diferentes. E sob essa luz, a resposta se torna clara.

Se você proíbe a liberdade sexual consensual, não está apenas oprimindo um grupo de

indivíduos. Está traindo os próprios fundamentos da democracia moderna. As ideias defendidas neste texto têm suas raízes no Iluminismo europeu, na convicção de que a liberdade individual é um direito natural a ser plenamente vivido, em respeito ao próximo. Mas foi do outro lado do oceano, na segunda metade do século XVIII, que um país teve a coragem de consagrar em lei que a liberdade e a busca da felicidade são direitos. E a esse gesto corajoso (mas profundamente imperfeito), devemos muito. Além disso, se ainda hoje existem países onde uma pessoa pode escrever um texto como este, e outros podem lê-lo, é graças ao sangue, à coragem e ao sacrifício daqueles que acreditaram que a

liberdade, mesmo para uma única voz, valia a pena defender. Em tempos mais sombrios, eles escolheram arriscar tudo para que pudéssemos ser livres. Nem sempre concordavam com o conteúdo do discurso. Mas acreditavam no direito de expressá-lo.

A liberdade não é um privilégio para os convencionais. É um direito inato de todo ser humano.

Cuasso al Monte, verão de 2025

Nota do Autor

Gostaria de agradecer à minha esposa, com quem, entre uma caminhada nas montanhas ou à beira do lago, uma pizza ou um jantar chinês, tive frequentemente a alegria de compartilhar conversas sobre essas (e muitas outras!) questões filosóficas. Esses momentos também fazem parte deste texto. Essas conversas estão entre as coisas que mais prezo na minha vida, ainda mais do que meu profundo amor pela física e pela matemática. Sua presença, sua gentileza e sua maneira atenciosa de ver o mundo são minhas verdadeiras fontes de alegria.